
OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2010



APRESENTAÇÃO

A OPAN tem o prazer de apresentar o resumo das atividades realizadas em 2010. Nesta publicação, demonstraremos nossos principais êxitos na gestão de projetos em parceria com os povos indígenas nos estados do Amazonas e de Mato Grosso, contribuindo para o fortalecimento das organizações indígenas, valorização cultural e conservação do meio ambiente.

Um dos aspectos mais importantes que permearam todas as linhas de ação da OPAN em 2010 foram as discussões sobre a gestão ambiental das terras indígenas, visando a consolidação de uma política nacional a respeito deste tema.

Por isso, este foi o eixo central do nosso relatório.

Boa leitura!

Operação Amazônia Nativa

EXPEDIENTE

Edição de textos e imagens:
Andreia Fanzeres

Projeto gráfico:
IRIS DESIGN
www.irisdesign.com.br
Abilio Junior e Samantha Iris

Impressão:
Gráfica Print

Contato:

OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA

Av. Ipiranga, 97,
Bairro Goiabeiras, Cuiabá – MT
CEP 78032-035
Telefone: 55 (65) 3322-2980
Fax: 55 (65) 3322-4161
comunicacao@amazonianativa.org.br
www.amazonianativa.org.br

ÍNDICE

Apresentação	2
Carta do presidente	3
Desafios da gestão territorial indígena	3
Nossa instituição	6
Opinião - Contradições nas políticas territoriais, por Francisca Navantino	7
Artigo - Gestão territorial indígena: um contraponto necessário na gestão da Amazônia	8
Projeto Aldeias	10
Programa Mato Grosso	18
Convênio OPAN-FUNASA	26
Atuação da OPAN no Formad	29
Engajamento nas discussões sobre mudanças climáticas	30
Gestão financeira	32
Equipe 2010	34



A Embaixada da Noruega tem investido na OPAN ao longo dos anos e mantém um programa de fortalecimento institucional que viabiliza a gestão da organização.



Esta publicação foi realizada com o apoio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento (USAID). O conteúdo desta publicação é de responsabilidade dos seus autores e não necessariamente reflete as opiniões da USAID ou do governo dos Estados Unidos.

CARTA DO PRESIDENTE

Foto: Arquivo OPAN.



Índios Deni, na Terra Indígena Deni (AM).

DESAFIOS DA GESTÃO TERRITORIAL INDÍGENA

Assistimos nas últimas décadas a mudanças significativas na relação dos povos indígenas com a sociedade e o governo federal, impulsionadas pela ascensão dos movimentos indígenas desde a década de 1970. Apoiados por entidades indigenistas, antropólogos, juristas e outros aliados da sociedade civil, eles conseguiram o reconhecimento de direitos fundamentais na constituição de 1988. No plano internacional, esses avanços também se fizeram sentir nos acordos, assinados por inúmeros países e também pelo Estado brasileiro, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1989, e a Declaração da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos dos Povos Indígenas, em setembro de 2007.

O que se estabeleceu nesses fóruns e documentos legais? Que os indígenas são *povos*, com o direito ao controle de suas próprias instituições e formas de vida, a um desenvolvimento econômico e um sistema educacional concebidos em seus próprios termos e a manter e fortalecer suas identidades particulares, suas línguas e religiões. Ficou também

estabelecido que os Estados Nacionais devem salvaguardar as pessoas, instituições, bens, o trabalho, as culturas e o meio ambiente destes povos. No entanto, tais medidas jamais deverão ser contrárias aos desejos expressos livremente por eles e muito menos atingir seus direitos de cidadania e os direitos específicos como povos.

Mas, até agora, as formas de consulta aos povos indígenas sobre os projetos que os afetam não estão bem regulamentadas e, assim, no caso de muitos projetos de interesse desenvolvimentista, a vontade indígena deve se submeter aos interesses do Estado ou das forças econômicas em expansão no entorno e mesmo no interior de seus territórios. Nestes casos, sua participação tem se resumido a reivindicar compensações, e estas se traduzem apenas em financiamento de projetos formatados por técnicos e dentro de uma lógica estranha ao universo indígena e à qual eles devem se adaptar.

Foi nesse contexto que surgiu uma nova abordagem, conhecida por *gestão territorial indígena*, concebida para dar voz aos indígenas e promover sua participação nos processos sociais mais amplos que acabam por incidir sobre sua territorialidade e suas condições de vida. Nessa nova visão, as ações devem



Foto: Arquivo OPAN.

Gestão territorial indígena deve estar interligada à conservação ambiental, valorização cultural, saúde, vigilância e formação de recursos humanos.

considerar a gestão territorial e ambiental conjuntamente com a concepção cultural do povo indígena. Além disso, ações de gestão para as terras devem atuar em interface com a saúde, a formação de recursos humanos, a conservação e o uso sustentável dos recursos, a fiscalização e vigilância dos territórios e o fortalecimento cultural das comunidades.

A gestão territorial indígena se apresenta como um conjunto de instrumentos e metodologias de gestão a serem apropriados pelos povos indígenas, construídos de forma participativa, dialogando com os saberes e práticas locais, visando elaborar diagnósticos detalhados dos recursos naturais, da produção e do contexto sociocultural, que são elementos fundamentais para a tomada de decisões pelas comunidades e pelo poder público. Além de inspirar as formas de atuação adotadas por ONGs indigenistas e socioambientais, essa abordagem se tornou eixo das políticas públicas voltadas para os povos indígenas com a instituição da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas (PNGATI), criada por decreto presidencial em agosto de 2010. Ela se propõe a construir, sempre em conjunto com os po-

vos indígenas, os caminhos e soluções para a salvaguarda de seus direitos territoriais, do seu meio ambiente, de suas condições de vida e autodeterminação.

Mas essa abordagem e essa política realmente realizam o que se propõem? À primeira vista, é um avanço em termos de uma metodologia politicamente correta, eficaz e também nas políticas públicas. Entretanto, neste como em outros avanços, a ambiguidade permanece e se aprofunda à medida que essas políticas e esses instrumentos de gestão passam a se tornar atividades práticas que, *forçosamente*, devem ser adotadas pelos povos indígenas. Sem essa concordância e aceitação, sem sua adoção, não há, para os povos indígenas no Brasil, possibilidade de resposta positiva às suas demandas políticas e materiais.

Já se tornou evidente a obrigação de se criar "associações", com estrutura e lógica de funcionamento conforme a legislação ordinária, como condição para aceder a projetos educacionais, de incremento de práticas produtivas e comerciais, ou a qualquer outra forma de contrato com segmentos da socie-

dade nacional nos quais os indígenas possam ter mais participação na gestão das atividades e dos recursos financeiros. Apesar dos direitos reconhecidos de *viver de acordo com seus usos, costumes e tradições*, suas formas de organização social e política não são aceitas como legítimas no cenário nacional.

Por outro lado, mesmo nessa nova abordagem, a participação indígena só é aceita nos fóruns consultivos, deliberativos, de planejamento ou outros, concebidos e funcionando de acordo com lógicas de representação, organização e atuação, sem que sejam levados seriamente em consideração suas formas de organizar o tempo, modos e estilos de deliberação e atuação, norteados por outras lógicas e perspectivas.

A multiplicidade de fóruns para os quais devem se habilitar e participar, e o geométrico crescimento das tarefas que essa participação demanda, ainda que secundária e sem grande poder de influência nos resultados, alteram em grande medida o cotidiano dos indígenas, restringindo, impedindo ou deixando em segundo plano o exercício de muitas de suas práticas rotineiras. Não é raro ocorrer o resultado oposto: aumento da dependência, fragilização de suas formas socioculturais próprias, diminuição da autonomia, enfraquecimento cultural, conflitos internos.

Ao mesmo tempo, a proposta de gestão territorial e ambiental das terras indígenas já permitiu a criação de metodologias participativas mais inclusivas, ampliou a visibilidade dos conhecimentos indígenas e, em muitos casos, fortaleceu seus direitos e permitiu um maior empoderamento destes povos em relação à gestão e ao controle territorial.

Porém, o que é, de um lado, apoderar-se do conhecimento, técnicas e lógicas de organização do “branco” como instrumentos de ampliação da autonomia e fortalecimento sociocultural, pode se tornar, de outro lado, apenas uma outra maneira de rendição dos povos indígenas à lógica social e econômica dominante.

Isso pode se dar porque um problema fundamental se mantém: a participação indígena costuma se dar apenas em espaços pré-definidos pelos projetos, sejam eles governamentais ou privados, de cuja elaboração não participaram adequadamente e a cujo forma-

to, que estabelece em detalhes os objetivos, metodologia, rotinas financeiras, contábeis, avaliativas e os limites de suas ações, devem se adequar.

Onde está o divisor? A partir de que ponto uma coisa vira a outra? Na dinâmica da vida humana em sociedade, nada é só preto ou branco, os limites são sempre imprecisos.

|||||

A participação indígena costuma se dar apenas em espaços pré-definidos pelos projetos, de cuja elaboração não participaram adequadamente.

|||||

Esse é o desafio permanente que se coloca tanto aos indígenas quanto aos indigenistas. Só a consciência dessa ambiguidade e a clareza de propósitos é que podem nos guiar nesse caminho de muitas encruzilhadas. Devemos lembrar que a crescente e cada vez mais qualificada participação indígena em inúmeros contextos da sociedade nacional é vital para que possam afirmar seus direitos, sua existência, sua inteligência e sua sensibilidade.

Devemos lembrar também que não somos juízes de suas escolhas e dos rumos que querem tomar, mas que o fundamental é que tenham o espaço ambiental, social, político e cultural para exercitar a gestão de sua vida presente e projetarem seu futuro. Isso não significa aceitação irrestrita do que propõe ou querem, mas, simplesmente, que os povos indígenas, assim como qualquer outro segmento da sociedade brasileira, devem ter a possibilidade de serem ouvidos como partes equivalentes em todos os campos de diálogo e decisão que afetem seu presente e seu futuro, direitos já sacramentados na legislação brasileira e nos acordos internacionais adotados pelo Brasil.

Rinaldo Arruda
Presidente OPAN

NOSSA INSTITUIÇÃO



- Rio Bia
- Paumari do Cuniuá
- Paumari do Lago Manissua
- Paumari do Lago Parica
- Deni
- Zuruaha
- Hi Merima

- Enawene-Nawe
- Maraiwatsede
- Menku
- Irantxe



0 125 250 500 Quilômetros



A OPAN foi a primeira organização indigenista fundada no Brasil, em 1969. Com sede em Cuiabá-MT, escritório em Manaus e bases em Brasnorte-MT, São Félix do Araguaia-MT, Carauari-AM e Lábrea-AM, trabalha pelos direitos dos povos indígenas, dando apoio à organização e ao fortalecimento político das comunidades na Amazônia e no Cerrado. Atualmente, equipes multidisciplinares formadas por indigenistas, pedagogos, biólogos, jornalistas, antropólogos, agrônomos e profissionais de diversas áreas concentram suas atividades em terras indígenas nos estados de Mato Grosso e Amazonas.

Historicamente, os trabalhos mais destacados da OPAN estiveram voltados à educação, atenção à saúde e demarcação de terras indígenas. Nos últimos anos, a instituição tem dado especial ênfase à gestão territorial e ambiental das áreas, buscando alternativas para geração de renda baseadas na conservação do meio ambiente e na valorização cultural dos povos. A partir de demandas locais, a OPAN desenvolve projetos participativos, experimentando dinâmicas de trabalho vinculadas ao universo simbólico dos indígenas. Esta estratégia pretende oportunizar cada vez mais a autonomia dos povos para gerir políticas diferenciadas.

CONTRADIÇÕES NAS POLÍTICAS TERRITORIAIS



Foto: Arquivo pessoal.

Francisca Navantino (paresi), fundadora e conselheira do Instituto Indígena Maiwu de Estudos e Pesquisas de Mato Grosso

São grandes os desafios da gestão territorial indígena. O primeiro deles é lidar com as contraditórias políticas do governo. Do ponto de vista da legislação e das diretrizes, tudo é maravilhoso. O problema está na aplicação do se planeja e do que se constrói como política para os povos indígenas. Na proposta do Plano Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI), as ações são voltadas à proteção, promoção dos direitos, e usufruto exclusivo de suas riquezas naturais para o bem estar dos povos. No entanto, o que temos visto é o oposto. Por exemplo, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) está liberando tudo que viola os direitos dos povos indígenas. Em Mato Grosso, quase todas as terras indígenas estão cotadas para ter empreendimentos e projetos governamentais, inclusive de mineração.

Não raro, os indígenas e suas comunidades são obrigados a aceitar as ingerências dentro de seu próprio

território. Não há uma política específica de proteção aos povos e suas terras. Tudo está sendo realizado para a implantação do consumismo e adesão total do capitalismo. Projetos que valorizam os costumes, a tradição e a sabedoria indígena são menosprezados pelas políticas, mas para grandes projetos de infraestrutura há incentivos. No final das contas, as comunidades ficam numa dependência capitalista, desestruturando-se social e politicamente. Há uma tendência de sutilmente «aculturar» os povos indígenas com a finalidade de subtrair seus territórios.

É valioso lutar para que as políticas de gestão territorial sejam políticas específicas que atendam a realidade sociocultural e econômica de cada povo. E os planos de gestão devidamente organizados, com metas estabelecidas de médio e longo prazos, discutidos amplamente com as comunidades. Benefícios e vantagens serão contemplados gradativamente, como o aprimoramento da formação política nesse processo de planejamento, o que permite aos povos adquirir um conhecimento mais profundo de seu próprio território e lidar melhor com a tecnologia ocidental.

Nesse processo, é papel dos indígenas cobrar com mais contundência os seus direitos, fiscalizar e exercer o controle social das políticas de gestão, e se inteirar dos instrumentos e mecanismos que gerenciam tais dinâmicas. O governo precisa respeitar as legislações de proteção dos povos e seus territórios, criar ferramentas apropriadas para lidar com a diversidade social e cultural, assim como da elaboração e execução de política específica de cada etnia.

GESTÃO TERRITORIAL INDÍGENA: UM CONTRAPONTO NECESSÁRIO NA GESTÃO DA AMAZÔNIA*

O processo atual de construção de modelos de fortalecimento da gestão territorial indígena, o debate socioambiental que o acompanha e o marco de política pública ensaiado pela Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas (PNGATI) significam muito mais do que sintomas de uma fase 'pós-demarcatória' para as terras indígenas. As sociedades indígenas amazônicas, na sua permanente abertura aos diversos *desdobramentos do mundo*, querem debater sua própria posição na rede de transformações socioeconômicas, ambientais e políticas que redefinem as paisagens da Amazônia. Não é mais suficiente garantir a integridade do próprio território: no quadro atual, ocorre reconfigurar os seus entornos e, fundamentalmente, garantir a própria viabilidade das populações indígenas nas suas terras.

As entidades indigenistas como a OPAN entram, com diversas velocidades, numa corrente de metodologias, práticas e modelagens socioambientais situadas em torno da denominada 'gestão territorial indígena', apoiando uma articulação onde se cruzam o protagonismo político dos povos indígenas e das suas organizações, a sua interação com as políticas públicas, o debate global sobre conservação da biodiversidade e mudança do clima, as demandas de geração de renda e as transformações nas economias indígenas.

O desafio maior está no diálogo inovador entre os saberes e manejos 'tradicionais' e a reinvenção de práticas de gestão do território, de maneira que seja garantida a autonomia indígena e efetivamente projetado o papel destes povos no futuro das florestas. Trata-se de modelar o cruzamento de olhares: os olhares indígenas, que desde suas sociocosmologias constroem suas relações com os outros seres, através de mecanismos xamânicos, rituais, simbólicos, e por meio de comportamentos de produção de corpos e pessoas; e o olhar socioambiental, que trata de responder aos problemas da conservação da Amazônia,

Não é mais suficiente garantir a integridade do próprio território: no quadro atual, ocorre reconfigurar os seus entornos e, fundamentalmente, garantir a própria viabilidade das populações indígenas nas suas terras.

da sustentabilidade das suas populações e aos desafios levantados pelo esforço global de mitigação e adaptação.

Nesta interseção de perspectivas, as cartografias sociais em contextos indígenas estão produzindo uma diversidade de processos, em que os 'mapas' e os 'planos de gestão' revelam, em ocasiões, um esforço de legitimação e afirmação da existência dos povos; ou se desenvolvem como ferramenta de negociação com as políticas públicas do Estado; são usados como instrumento de poder; ou, ainda, como mecanismos de controle territorial.

Dentro deste amplo leque de processos, possivelmente há dois desafios que ganham destaque: a necessidade de buscar uma melhor viabilidade para as economias indígenas contemporâneas (que circulam entre o seu ancestral 'manejo do mundo' e sua interação ativa e reativa com os processos do mercado); e a configuração das novas territorialidades indígenas, onde os povos projetam seu olhar sobre os entornos das terras (indo além da 'fronteira demarcatória') e sobre as cidades, como lugares de importância crescente nos circuitos indígenas. Desta forma, a gestão territorial aparece como um mecanismo que supera amplamente os problemas de manejo



Povos indígenas escolhem espécies para manejar sustentavelmente.

dos recursos naturais, e que envolve todos os processos de produção e reprodução destas sociedades amazônicas, e de intercâmbio e relacionamento com seus entornos sociais e ecológicos.

Contudo, ocorre lançar um alerta sobre toda esta dinâmica. Não é por acaso que ela é coetânea, na Amazônia, de um processo que pretende avançar na regularização fundiária (as terras indígenas não são unidades de conservação nem propriedades rurais), na criação de mosaicos (as terras indígenas não são, ou não se reduzem, a áreas protegidas) e na conservação da biodiversidade (que, nas terras indígenas, encontra de modo geral melhores condições de equilíbrio). O dilema que a região amazônica vive nasce de um paradoxo: é viável (para fugir do ambíguo termo 'sustentável') promover a gestão territorial indígena num contexto de expansão da fronteira agropecuária neste bioma, de abertura de estradas amazônicas, de ampliação da rede de empreendimentos hidrelétricos de grande escala? Como vai se sustentar uma política pública de gestão das terras indígenas sem depender do controvertido recurso das compensações ambientais dos projetos de acele-

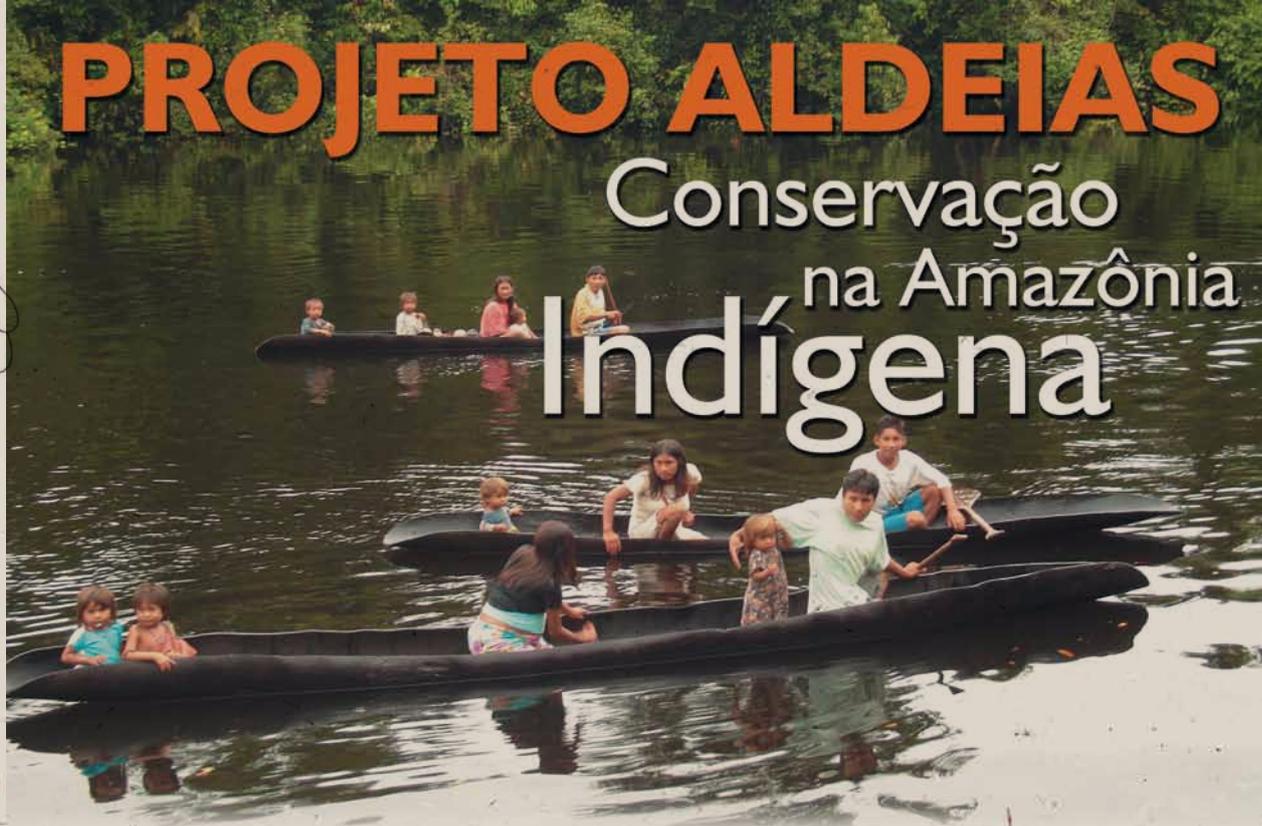
ração do crescimento regional? A gestão das terras indígenas (e, junto a elas, das unidades de conservação), significa apenas a garantia mínima da sustentabilidade, num cenário de ocupação ilimitada das florestas e cerrados?

Neste processo, a OPAN ensaia algumas soluções em âmbitos locais de cinco bacias da Amazônia: Purus, Juruá, Jutai, no Amazonas; Juruena e Araguaia, em Mato Grosso. Durante 2010, assistimos ao avanço crítico do desmatamento no sul do Amazonas, à consolidação do plano hidrelétrico nacional no noroeste de Mato Grosso e a agressão permanente aos direitos indígenas na TI Maraiwatsede. Este é o cenário que envolve o conjunto das nossas intervenções no apoio à gestão indígena dos seus territórios, e a nossa colaboração na construção de soluções.

Miguel Aparicio Suárez
é antropólogo e gestor do
Projeto Aldeias – Conservação
na Amazônia Indígena

PROJETO ALDEIAS

Conservação na Amazônia Indígena



O Projeto Aldeias desenvolve-se em sete terras indígenas do estado do Amazonas, nas bacias dos rios Purus, Juruá e Jutai. É uma iniciativa da OPAN em parceria com Visão Mundial, iniciada em outubro de 2008, e que conta com o apoio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID).

Os objetivos principais do programa são:

- apoio à conservação da biodiversidade e ao manejo de recursos naturais nas terras indígenas Katukina do Biá, Deni, Paumari do Rio Cuniuá, Paumari do Lago Paricá e Paumari do Lago Manissuã;*
- fortalecimento das organizações indígenas de base, entidades locais e regionais.*

Há também uma componente desenvolvida em parceria com a Coordenação de Índios Isolados e de Recente Contato (FUNAI/CGIIRC) de proteção etnoambiental dos povos indígenas Hi Merimã e Suruaha, no marco da Frente Purus de Proteção Etno-ambiental (*Veja tabela abaixo*).

Equipes de campo compostas por indigenistas com formação em Ciências Sociais e Ambientais desenvolvem a agenda de trabalho nas aldeias, com participação nas atividades cotidianas e buscando uma inserção equilibrada entre as pautas indígenas do dia a dia e as pautas de implementação de um programa de gestão territorial. Um dos maiores desafios do Projeto Aldeias é conjugar a articulação entre os manejos indígenas tradicionais da floresta e a introdução de novas ferramentas de gestão ambiental. Estas metodologias

Etnia	T. I.	Superfície (ha)	População
Katukina	Rio Biá	1.185.790	572
Deni	Deni	1.531.300	890
Paumari	Paumari do Rio Cuniuá	42.828	84
	Paumari do Lago Paricá	15.792	49
	Paumari do Lago Manissuã	22.970	68
Suruaha	Zuruahã	239.070	149
Hi Merimã	Hi Merimã	677.840	[Isolados]
TOTAL	7 terras indígenas	3.715.590	1812

“O MAPA QUE QUEREMOS”

Cada etnia foi reforçando seus interesses e singularidades no percurso das atividades: a preocupação pelos manejos extrativistas nos Katukina, a insistência dos Deni na proteção e vigilância da sua terra, o foco dos Paumari na sustentabilidade dos recursos pesqueiros. Definia-se assim, no contexto de cada povo, “o mapa que queremos”. O processo buscou a máxima integração possível com os saberes locais (importância das taxonomias indígenas na percepção do território, atenção aos processos de ocupação que vão além das terras demarcadas, compreensão das relações políticas e das redes de intercâmbio, ritualidade, temporalidade e cosmovisão...), e também destacou o interesse indígena pela apropriação de novas tecnologias: uso do GPS, acesso a imagens de satélite, aplicação de ferramentas de geoprocessamento, recursos audiovisuais.

Em 2010, foram produzidos os seguintes etnomapas, que estão em mãos das próprias comunidades Katukina, Deni e Paumari:

- *etnomapas da TI Biá (Biá/Norte e Biá/Sul);*
- *etnomapa TI Deni/sub-bacia Xeruã;*
- *etnomapas Paumari (aldeia Açai/TI Cuniuá, aldeia Xila/TI Cuniuá, etnomapa Paricá, etnomapa Manissuã).*

Estes etnomapas servem de base no processo de construção dos planos de gestão, atualmente em andamento e com finalização prevista para setembro de 2011.

A agenda de proteção e vigilância das terras também foi central como área de interesse indígena no marco das ações de gestão territorial. Foram promovidas oficinas de planejamento das estratégias de vigilância territorial, que estabeleceram expedições de reabertura de picadas nas divisas demarcatórias, capacitações em legislação indigenista e ambiental, viagens de monitoramento a locais de conflito e invasão (caça e pesca predatória, roubo de madeira, captura de quelônios) e viagens a locais remotos, de alta relevância histórica e simbólica. Como resultado final, avançou-se na organização das estratégias locais (autônomas) de vigilância da terra.

MANEJO PESQUEIRO NAS TERRAS INDÍGENAS DENI E PAUMARI

A expectativa de introdução de técnicas de manejo sustentável dos recursos pesqueiros constituiu, desde o início do projeto, um dos eixos fundamentais da demanda indígena de apoio à gestão dos seus territórios. Mantendo a perspectiva de construção participativa e de interação entre os conhecimentos indígenas e as ferramentas de conservação ambiental, o Projeto Aldeias promoveu o *Estudo para a Elaboração de um Plano de Manejo Pesqueiro das Terras Indígenas Deni e Paumari* (Pezzuti – Lima – Albuquerque - Barbosa/ abril 2010), a partir de pesquisas de campo executadas com a colaboração das equipes indigenistas. A incidência constante de práticas predatórias no entorno e no interior das terras indígenas, a importância da pesca nas relações comerciais indígenas e no contexto da economia regional, a constatação do aumento do esforço de pesca e da subsequente pressão sobre os estoques de ictiofauna estimularam os Deni e os Paumari a buscarem técnicas de manejo que reforçassem as práticas tradicionais de pesca.

O diagnóstico participativo e mapeamento dos recursos pesqueiros, realizado junto às comunidades indígenas, apontava os riscos da sobrepesca com exploração intensa através do arrendamento de lagos (Paumari), da ausência de seleção de tamanho de captura de espécies como o pirarucu (com possibilidade de extinção comercial, se não houver manejo, no caso Paumari); e com potencialidade de riscos futuros, dependendo das práticas de pesca e das condições de vigilância do território, nos Deni.



Foto: Arquivo OPAN.

Elaboração de calendário ecológico Katukina.



Foto: Arquivo OPAN.

Indígenas realizam contagem de pirarucu, uma das ações para o manejo da espécie.

O estudo indica que os problemas da sobre-pesca, as dificuldades e custo de escoamento de produção comercializada, as invasões e a gestão dos territórios de pesca realizada de forma desarticulada entre terras indígenas e aldeias, envolvendo relações de parentesco, compadrio e ao mesmo de exploração e dependência, são contornáveis. No entanto, é necessário implementar experiências-piloto de manejo, capacitar os indígenas, promover acordos de pesca entre as aldeias e fortalecer a capacidade organizacional destes povos indígenas.

Vários passos foram já dados neste sentido. Como ponto de partida, foram introduzidas técnicas de manejo de pirarucu, formando os indígenas em novas tecnologias de captura. A implementação do manejo de pirarucu nas terras indígenas Deni e Paumari se deu através das seguintes componentes:

- *Mapeamento participativo dos lagos;*
- *Treinamento de contadores de pirarucu (foram capacitados 10 especialistas Deni e 11 especialistas Paumari);*
- *Produção de material didático para manejo de pirarucu;*
- *Avaliação dos estoques de pirarucu;*
- *Oficinas de legislação pesqueira na Amazônia;*
- *Oficinas de elaboração de material pesqueiro para manejo;*
- *Reuniões de discussão para estabelecimento de acordos de pesca e para definição das classificações de uso dos lagos;*
- *Fortalecimento da organização para a gestão dos recursos pesqueiros.*

O UNIVERSO DA PESCA PAUMARI

No contexto específico Paumari, com maior situação de riscos na conservação dos recursos pesqueiros, foi muito importante o aprofundamento na rede social e simbólica que configura o 'universo da pesca'. A relação com os padrões comerciantes e os pesqueiros não se limita a um problema de saldo ou de troca de bens por produtos extrativistas. Trata-se de uma relação antiga entre a população de uma aldeia e um provedor de bens e cuidados com o qual os Paumari sabem que podem contar. Essas relações são consolidadas através das gerações.

Os comerciantes não apenas garantem um acesso privilegiado a um mercado, mas também perpetuam as relações. São elas (reais, simbólicas ou puramente comerciais) que tecem entre aldeias, rios e cidades uma complexa rede cuja trama não tem começo nem fim e dificilmente pode ser desfeita por um só lado. "Trata-se de uma cosmologia indígena viva que inclui seus interlocutores como parte integrante de seu mundo e que não se concebe em nenhum momento como parte de outro mundo. Antes de serem agentes econômicos, os peixeiros e padrões são seres da sociocosmologia Paumari. O mundo dos brancos não é apenas um mundo desejado, ele é simplesmente mais um desdobramento do mundo" (O. Bonilla). Esta análise introduziu uma perspectiva nova no Projeto Aldeias, ao verificar que a sustentabilidade dos modelos de manejo deve estar integrada com a dinâmica sociocultural específica da comunidade indígena.



Foto: Arquivo OPAN.

Exuberância da Terra Indígena Zuruaha (AM).

Foram também promovidas atividades de intercâmbio: os Paumari viajaram para a região do Médio Solimões para conhecer a equipe do Instituto Mamirauá e, de modo especial, a experiência do 'Acordo de Pesca do Pantaleão', na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Amanã (município de Maraã, AM). Na perspectiva de identificar soluções potenciais inovadoras na gestão dos recursos pesqueiros em terras indígenas, foi promovida uma análise de viabilidade da pesca ornamental. Com apoio da equipe indigenista e numa dinâmica de pesquisa participativa junto aos Paumari, Felipe Rossoni (Instituto Piagaçu) desenvolveu o *Estudo Preliminar de Levantamento do Potencial de Peixes Ornamentais nas Terras Indígenas Paumari, Médio Rio Purus* (setembro 2010).

PROTEÇÃO ETNOAMBIENTAL DOS ISOLADOS HI MERIMÃ E DA TI ZURUAHA

O Projeto Aldeias mantém uma parceria com a Coordenação de Isolados e de Recente Contato (CGIIRC) da FUNAI, no âmbito da

Frente de Proteção Etnoambiental Purus. Sua missão é garantir as condições necessárias para a sobrevivência física e cultural dos isolados Hi Merimã e do povo Suruwaha. O Sistema Nacional de Proteção de Índios Isolados está sob responsabilidade direta e exclusiva da FUNAI/CGIIRC, e abrange as áreas de gestão das Frentes de Proteção Etnoambiental, localização e monitoramento, fiscalização e proteção, educação ambiental, infraestrutura, comunicação e sistematização, capacitação, saúde e planejamento.

A Frente de Proteção Etnoambiental Purus desenvolve atividades de pesquisa de campo para conhecimento das áreas de ocupação indígena, levantamento etno-histórico, bem como ações de proteção, vigilância e fiscalização das terras indígenas (TIs) Hi Merimã e Zuruaha, além de outras referências que possam ser identificadas. A OPAN, através do Projeto Aldeias, foi convidada pela FUNAI/CGIIRC para fortalecer as ações da Frente Purus. De modo mais significativo, foram realizadas as seguintes ações durante 2010:

- Apoio na estruturação de duas bases de vigilância e proteção nos limites leste e oeste da TI Hi Merimã (PVIP Canuaru e PVIP Piranha) e uma no igarapé Riozinho, no entorno da TI Zuruaha (PVIP Hahabiri);

- *Capacitação das equipes de campo da Frente de Proteção Etnoambiental, através de treinamentos em cartografia, protocolos e metodologias de monitoramento de entornos, legislação indigenista, legislação ambiental e formação indigenista;*
- *Diagnósticos socioambientais dos entornos de pressão das terras indígenas Hi Merimã e Zuruaha;*
- *Promoção do diálogo e da educação ambiental por meio de reuniões e encontros com as comunidades extrativistas do entorno da TI Hi Merimã (pertencentes à Reserva Extrativista Médio Purus) e com as comunidades indígenas vizinhas (Jamamadi da TI Jamamadi-Jarawara-Kanamanti). Articulações com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Coordenação Regional da FUNAI e outros órgãos públicos para fortalecer a dinâmica de proteção de isolados nos entornos dos seus territórios;*

Um dos desafios mais destacados ao longo do ano foi a redução da pressão extrativista do povo indígena Jamamadi sobre o território Hi Merimã. Os Jamamadi, em função das suas ações de extração de copaíba – como atividade de geração de renda que os vincula com o mercado extrativista regional – realizam incursões no território dos índios isolados, o que constitui para estes um fator de risco. O Projeto Aldeias, em sintonia com a Frente Purus/ CGIIRC, promoveu articulações com a Coordenação Regional Purus e com a Coordenação Geral de Etno-desenvolvimento da FUNAI e tem trabalhado com alternativas de manejo de recursos florestais não madeireiros para os Jamamadi, com o escopo de neutralizar a pressão sobre os isolados e, simultaneamente, viabilizar soluções sustentáveis na sua atividade extrativista.

Em relação a TI Zuruaha, o Projeto Aldeias colaborou na execução de pesquisas sobre territorialidade Suruwaha e, por solicitação da CGIIRC, produziu o *Relatório Preliminar de Identificação da terra indígena Masanidawa/Kurubidawa e da terra indígena Alto Hahabiri (Povo Suruwaha)*, (M. Aparicio – A. Huber, dezembro 2010)

PARCERIA COM VISÃO MUNDIAL: FORTALECIMENTO DE ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS



Assembleia da FOCIMP, 2010.

Dentro do trabalho de apoio às organizações locais regionais, as ações do Projeto Aldeias em 2010 tiveram como foco o fortalecimento da gestão organizacional e a promoção de agendas colaborativas entre as organizações indígenas e extrativistas. A equipe da Visão Mundial, nossa parceira no consórcio, promove essas agendas de trabalho com as organizações. Na região do Médio Solimões (entorno Katukina), o programa executou ações junto ao Conselho dos Povos Indígenas de Jutai (COPIJU) e a Associação dos Produtores Extrativistas do Rio Jutai (ASPROJU, na Reserva Extrativista Jutai). No Médio Purus, houve atividades de apoio à Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus (FOCIMP) e à Associação das Mulheres Indígenas do Médio Purus. Tais organizações têm uma abrangência de caráter regional e envolvem diversas etnias. No contexto Deni, a agenda organizacional tem como beneficiária a Associação do Povo Deni do Rio Xerua (ASPODEX), organização de caráter local inserida nas aldeias.

COPIJU e ASPROJU (Jutai) – O Projeto Aldeias promove, nas três bacias onde atua, agendas colaborativas entre as terras indígenas e as unidades de conservação, incentivando o diálogo entre as lideranças indígenas e ribeirinhos, entre as suas respectivas asso-

OFICINAS

O Projeto Aldeias promoveu junto à COPIJU, ASPROJU e Associação das Mulheres Indígenas do Médio Purus (AMIMP) em Lábrea o treinamento em gestão administrativa e financeira para as associações. Partindo do objetivo geral de possibilitar uma melhor compreensão dos conceitos da gestão administrativa e financeira das associações, bem como das ferramentas básicas de controle de gestão, as capacitações foram divididas em três eixos: conceito de associação, controles administrativos/financeiros e prestação de contas. A metodologia utilizada partiu do conhecimento dos participantes. Foram discutidos os conceitos e práticas usadas nas organizações e com isso realizaram-se análises conjuntas possibilitando a visualização de alternativas e soluções para o aperfeiçoamento do trabalho.

Oficinas de legislação ambiental também ocorreram junto à COPIJU e com associações locais das etnias Kokama, Kambeba e Tikuna, assim como com representantes dos Katukina do Biá. A capacitação de líderes e a preparação da participação de representantes indígenas nas consultas da PNGATI foi também facilitada pelo Projeto.

ciações e organizações e, inclusive, entre os órgãos governamentais que as apoiam (FUNAI e ICMBio). Foi realizado o Seminário "Interfaces entre Terras Indígenas e Unidades de Conservação" (Jutaí, 29-31 agosto 2010), como plataforma de diálogo entre os Katukina, a organização indígena do município (COPIJU), a organização extrativista (ASPROJU), Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), Secretaria de Produção (Prefeitura Municipal de Jutaí), representantes do Projetos Demonstrativos de Povos Indígenas (PDPI/MMA), da FUNAI, do ICMBio, de órgãos e programas estaduais, como Instituto de Desenvolvimento do Ama-

zonas (IDAM) e Programa de Desenvolvimento Regional do Alto Solimões (PRODERAM), além de 120 representantes das comunidades indígenas e extrativistas. O Projeto Aldeias possibilitou ainda uma parceria com a empresa Ética de Comércio Justo. O seminário serviu de ponto de partida para o estabelecimento de uma agenda ambiental municipal entre os diversos setores, focada na busca de mecanismos de comercialização e geração de renda para as comunidades da região.

Com ASPODEX (TI Deni) – Apoiamos a associação Deni na construção de uma agenda e plano de vigilância territorial, o que possibilitou um acordo técnico com a Coordenação Geral de Monitoramento da FUNAI em Brasília. Na área de gestão organizacional, a falta de experiência dos indígenas em administração básica e produção de documentos gera uma grande demanda de capacitação que fortaleça sua autonomia no gerenciamento da associação. Nesta linha, foram realizados cursos de computação, que tiveram excelente aceitação entre os Deni participantes. O Projeto Aldeias apoiou também a assembleia anual da ASPODEX (6-8 agosto 2010), em que a associação, junto com os representantes de todas as aldeias, debateu suas agendas e planos de trabalho, avaliou e programou as parcerias com as entidades governamentais e não governamentais que mantêm interlocução com os Deni.

Com FOCIMP e AMIMP (Médio Purus) – Em 2010, o Projeto Aldeias deu suporte ao movimento indígena do Médio Purus no seu processo organizacional, ainda em vias de consolidação, que conduziu à fundação da Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus - FOCIMP. Frente ao estrangulamento vivido pela organização indígena no âmbito da gestão do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Médio Purus, os processos heterogêneos surgidos nos diversos focos, seja nas aldeias ou nas cidades da bacia do Purus, se destacaram com notória vitalidade. Durante meses, uma comissão indígena tinha trabalhado com o escopo de fortalecer o processo de reorganização do movimento, enquanto simultaneamente surgiam processos localizados de organização (em Canutama e em Tapauá) ou entre alguns grupos específicos (estudantes indígenas, agentes indígenas de saúde, membros da antiga organização, etc.).

Nos dias 21-23 de maio de 2010, cerca de

200 lideranças indígenas das etnias Apurinã, Paumari, Jarawara, Jamamadi, Banawa, Deni, Mamori, Kamadeni e Katukina reuniram-se na Assembleia do Movimento Indígena realizada na aldeia apurinã de Nova Esperança (TI Caititu, Lábrea, AM). O objetivo principal do encontro foi a reconstrução da organização indígena regional, fragilizada após a extinção da Organização dos Povos Indígenas do Médio Purus (OPIMP). A expectativa de algumas regiões e etnias, especialmente os Apurinã de Tapauá, os Banawa da cidade de Canutama, e os Apurinã e Kamadeni de Pauini, manifestava certo descrédito em relação à formação de uma organização de tipo centralizado, focada em uma coordenação institucional estabelecida desde a cidade de Lábrea. Para harmonizar as tensões 'periféricas' com a necessidade de uma articulação indígena regional, e para possibilitar a heterogeneidade de processos organizacionais existentes nos últimos anos, consolidou-se um modelo descentralizado, que acabou obtendo a adesão da plenária indígena.

Finalmente, cabe ressaltar a componente de pesquisa desenvolvida pelo Projeto Aldeias. Além dos estudos para manejo pesqueiro nas TIs Deni e Paumari já apresentadas, o Projeto Aldeias promoveu, junto ao Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Amazonas) e outras entidades parceiras, o "Seminário Purus Indígena" (UFAM, Manaus, 22-24 abril 2010). O encontro possibilitou o diálogo aberto entre análises, experiências de intervenção, estudos e testemunhos de lideranças regionais, tentando uma compreensão interdisciplinar sobre os processos da região Purus desde a perspectiva de historiadores, ecólogos, antropólogos, entidades socioambientais e lideranças regionais. O 'diálogo de saberes' que se estabeleceu nas diversas mesas temáticas do seminário tentou, além de traçar um panorama regional, identificar as chaves de compreensão e as pistas de atuação em favor da sociobiodiversidade no rio Purus. Os diversos estudos apresentados no seminário compõem a publicação Álbum Purus. Povos, Recursos naturais, Cultura (NEAI/PPGAS – OPAN – VM – IIEB).

FORMAÇÃO DE CINEGRAFISTAS INDÍGENAS E INTERCÂMBIO AUDIOVISUAL



Foto: Arquivo OPAN.

Indígenas Katukina capacitam-se em oficinas para registrar suas atividades.

O Projeto Aldeias desenvolve uma agenda de capacitação de cinegrafistas indígenas e de intercâmbio entre povos e organizações através dos recursos de comunicação audiovisual. Nas terras indígenas Katukina, Deni e Paumari, os cinegrafistas indígenas treinados participaram de oficinas de operação de câmera, som, direção de documentários e telerreportagens. Apoiamos a produção de um documentário dos Paumari, e produzimos vídeos sobre as ações de proteção territorial, a introdução de práticas de manejo pesqueiro e outras temáticas vinculadas à execução do Projeto Aldeias. Destacam-se os vídeos: "Assembleia Deni", "Vigilância na terra indígena Rio Biá", "Saúde indígena no Médio Purus", "Problemas ambientais da TI Caititu", "Shivahani Ibura Boiador'za (Deni)", "Sobrevoo da Frente de Proteção de Isolados Purus", "Pamoari na Cidade", assim como as vídeo-cartas de intercâmbio entre os Katukina, Deni e Paumari.

PROGRAMA MT

PROGRAMA DE APOIO E FORTALECIMENTO DA ORGANIZAÇÃO INDÍGENA EM MATO GROSSO



0 60 120 240 km

Legenda

- Limite das Terras Indígenas Abrangidas pelo Projeto
- Limite das Terras Indígenas
- Desmatamento Acumulado até 2007

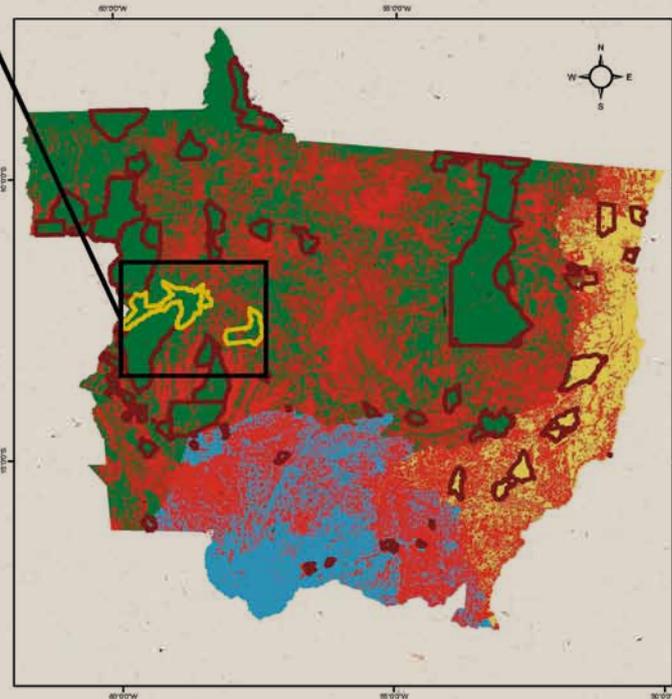
Bacias Hidrográficas

BACIA

- Bacia Hidrográfica Amazônica
- Bacia Hidrográfica do Tocantins-Araguaia
- Bacia do Hidrográfica do Paraguai

Bacias Hidrográficas de MT e Desmatamento Acumulado até 2007

Terras Indígenas no noroeste de MT, onde a OPAN atua há mais de 30 anos.



Fonte: IBGE, SEMA e SEPLAN

A OPAN está presente também nas regiões noroeste e no nordeste de Mato Grosso, na área de transição entre Amazônia e Cerrado conhecida como arco do desmatamento, cujo modelo de desenvolvimento privilegia a exploração madeireira ilegal, a conversão da vegetação natural em latifúndios de soja e pastagens, e a concentração fundiária. As altas taxas de desmatamento comprometem a qualidade dos recursos hídricos, a biodiversidade e a qualidade de vida de povos que têm uma relação social intensa de conservação e enriquecimento destes ambientes. O mapa de biomas e bacias hidrográficas cruzados com as áreas de desmatamento a seguir nos dão uma dimensão do problema no noroeste de Mato Grosso.

Vários estudos do governo federal apontam que as áreas protegidas são barreiras eficazes contra o desmatamento, em especial as terras indígenas. No entanto, alguns povos da região, por falta de opções, acabam adotando modelos de desenvolvimento que ameaçam sua reprodução física e cultural, como é caso

das áreas com plantação de soja dentro de terras indígenas. Neste contexto vivem, entre outros, os povos Enawene Nawe e Manoki, com os quais a OPAN trabalhou em 2010.

Já a região do rio Araguaia, a nordeste de Mato Grosso, é uma das mais pobres e isoladas do estado, numa encruzilhada de ambientes naturais – Cerrado, Amazônia, zonas pantanosas – e de culturas – índios Tapirapé, Karajá, Xavante; quilombolas; além de descendentes de nordestinos, goianos, mineiros, alemães e italianos do sul do Brasil. Nesta região localizam-se 4 dos municípios que mais desmatam a Amazônia brasileira, inclusive no interior de terras indígenas. Desde 2008, a OPAN trabalha com os Xavante de Marãiwat-sédé. Apesar de o território estar homologado, hoje ele é tomado por plantações diversas e pastagens. Imbróglis na Justiça protelam a desocupação e recuperação ambiental do território Xavante. Enquanto a solução não se concretiza, este povo sofre constantes ameaças, enfrentam incêndios provocados nas suas terras e até atentados.

Para lidar com essas ameaças e pressões contra os povos indígenas no contexto do desmatamento na Amazônia, a estratégia da OPAN visa fortalecer a gestão territorial nas áreas dos Enawene Nawe, Myky, Manoki e Xavante de Marãiwatsédé, e o aprimoramento da organização indígena através do **Programa de Apoio e Fortalecimento da Organização Indígena em Mato Grosso (Programa MT)** cujos objetivos são:

GESTÃO TERRITORIAL

- *Elaboração dos planos de gestão das terras indígenas Manoki e Enawene Nawe;*
- *Construção de metodologia participativa para mapeamento de ameaças e agressões do entorno das terras indígenas Manoki e Enawene Nawe;*
- *Apoio à produção e comercialização sustentável visando à estruturação de cadeias de produtos da sociobiodiversidade junto aos Manoki, além da segurança alimentar com o povo Xavante e o manejo sustentável dos recursos naturais de uso tradicional com os Enawene Nawe.*

ORGANIZAÇÃO INDÍGENA

- *Capacitação gerencial dos gestores das associações indígenas Enawene, Manoki e Xavante;*
- *Apoio à participação e realização de fóruns de articulação política e de controle social de políticas públicas;*
- *Articulação, junto a organizações do Movimento Indígena de Mato Grosso, referente ao tema “Ameaças no entorno das terras indígenas”.*

O Programa MT surgiu a partir da necessidade de integrar ações em curso desenvolvidas pela OPAN com os Enawene Nawe, os Manoki, e os Xavante da Terra Indígena Marãiwatsédé, para fazer frente às pressões do entorno que afetam a sua reprodução física e cultural. A estratégia objetiva o fortalecimento da articulação e o protagonismo indígena no cenário regional valorizando seus modos de organização social e capacitando os povos para enfrentar os desafios que incidem e ameaçam seus modos de vida, através da qualificação das práticas de gestão de seus territórios, recursos naturais, simbólicos e econômicos, com autonomia e de forma sustentável.

Grandes empreendimentos públicos e privados têm causado impactos socioambientais graves a curto, médio e longo prazos, afetando as minorias étnicas e sociais do Mato Grosso. O contexto atual direciona a atuação indigenista para a construção de modelos que dialoguem com os desafios encarados pelas populações indígenas, como adequação aos territórios limitados, necessidade de gerir resíduos decorrentes do consumo de produtos industrializados, aprimoramento dos sistemas de manejo, soberania alimentar e nutricional, entre outros. Tudo isso leva em consideração as perspectivas futuras das populações, tendo em vista a valorização e fortalecimento da diversidade sociocultural. A região do Araguaia, por exemplo, que desde os anos 60 tem incentivo governamental de colonização da Amazônia, retrata casos emblemáticos dos problemas sociais causados pela implantação de grandes latifúndios para a criação de gado extensivo, sendo que os Xavante sofreram diretamente os efeitos dessa política.

A formação dos quadros indígenas tem como premissa colaborar com a organização local – tanto a ‘tradicional’ quanto novas formas de emergentes no contexto de interação com a sociedade brasileira – na busca de modelos que minimizem o impacto da dependência econômica (com soluções viáveis para a questão) e que consolidem canais de interlocução com o Estado na formulação, estruturação e controle social de políticas públicas de seu interesse.

Foto: Tiago Latesta/Brasil das Águas



Empreendimentos hidrelétricos cercam terras indígenas e provocam graves consequências socioambientais e culturais aos povos, a exemplo desta usina no rio Juruena.

ENAWENE NAWÉ



Foto: Marcus Maltho

Mulheres Enawene Nawe fiando algodão para confecção de indumentárias.

Os Enawene Nawe são um grupo com 600 pessoas, falantes do tronco linguístico aruaque. Seu território demarcado abrange cerca de 750 mil hectares em área de transição entre o Cerrado e a Amazônia. Atualmente, eles se encontram em relativo isolamento geográfico, sendo o acesso para sua única aldeia feito exclusivamente por via fluvial.

O modo de produção Enawene Nawe é regulado por padrões próprios. O calendário ritual organiza os plantios, as expedições de pesca e de coleta através de uma dinâmica de ocupação espacial que lhes permite percorrer periodicamente grande parte do território (tanto o demarcado quanto o não demarcado) a fim de cumprir obrigações domésticas voltadas para a subsistência dos núcleos familiares e de responsabilidades envolvidas no jogo de reciprocidade com os espíritos.

Mas o modelo de ocupação do entorno, com destaque para os impactos decorrentes da instalação de pequenas centrais hidrelétricas, tem gerado inúmeros desafios, desde limitações das práticas nativas de manejo até implicações diretas à organização social. Após 35 anos de contato amistoso com a sociedade nacional, os Enawene Nawe observam que é preciso se capacitar e estar aptos para dialogar com as políticas públicas voltadas ao atendimento de seus pleitos. Por isso, as ações estão pautadas na necessidade deste povo interagir de maneira protagonista com a sociedade em suas diferentes esferas de tomada de decisões, atuando na consolidação de modelos regulados pela atual política in-

digenista. Para isso, eles precisam ter acesso a novos conhecimentos e correlacioná-los aos seus próprios saberes.

PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS EM 2010:

- Apoio à participação indígena qualificada em redes e articulações regionais, ampliando o protagonismo dos povos indígenas no Mato Grosso. Nesse sentido, destacam-se as etapas preparatórias para participação na consulta pública da PNGATI e eventos ligados ao tema das hidrelétricas, como o seminário “Terra: Mercadoria ou vida?”, realizado pelo Conselho Missionário Indigenista; e o seminário “Amazônia em debate”, promovido pela Associação dos Docentes da Universidade do Estado de Mato Grosso (ADUNEMAT).
- Parceria com a Secretaria do Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC) para implantação do projeto “Formação de agentes indígenas de saúde e professores Enawene Nawe no ensino fundamental pela modalidade de Educação de Jovens e Adultos”. A OPAN foi assessora do processo de formalização do ensino escolar através do apoio à realização das etapas de ensino na aldeia, ao aprendizado da língua Enawene Nawe para qualificar a ação dos docentes, à construção de um modelo escolar adequado às características culturais deste povo, e na disponibilização de infraestrutura e logística para deslocamento fluvial.

REGISTRO DO RITUAL YAÕKWA COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL DA CULTURA BRASILEIRA.

Foto: Arquivo OPAN.



Ritual Yaõkwa, reconhecido como patrimônio cultural do Brasil.

Em novembro de 2010, o Conselho Deliberativo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) aprovou o registro do ritual Yaõkwa como Patrimônio Imaterial da Cultura Brasileira a partir da análise do dossiê realizado por meio de um convênio entre a OPAN e o IPHAN, em 2008. O Yaõkwa é um dos mais longos rituais indígena da Amazônia brasileira, com sete meses de duração, mas se encontra sob a ameaça das frentes de ocupação e da construção de hidrelétricas no rio Juruena, que vêm comprometendo a oferta de pescado, recurso central para a realização deste ritual. Os Enawene Nawe acreditam que a única forma de apaziguar a ira dos espíritos e evitar que eles causem doenças e mortes é através do oferecimento de peixes e bebidas.

MOBILIZAÇÃO CONTRA DETURPAÇÕES NA PROPOSTA DE ZONEAMENTO DE MATO GROSSO

Em 2010, a OPAN se fez presente junto a outras organizações sociais nas mobilizações decorrentes da elaboração e aprovação do Projeto de Lei de Zoneamento Socioeconômico e Ecológico de Mato Grosso (ZEE-MT), na Assembleia Legislativa. O processo de discussão e validação da proposta pela sociedade foi marcado por graves episódios de falta de transparência e atendimento a interesses ruralistas. Quando foram iniciados os procedimentos para aprovação do texto, a OPAN e demais entidades analisaram a fundo as propostas em pauta, revelando artimanhas que beneficiavam diretamente o agronegócio, desconsideravam 20 anos de estudos técnicos e um amplo debate junto à sociedade mato-grossense nesse período, além do desperdício de milhões de reais gastos em consultorias. Entre as propostas aprovadas pela Assembleia Legislativa que motivaram manifestações públicas por parte da OPAN destacam-se:

- *a eliminação de áreas com elevado potencial florestal*
- *desconsideração à proteção de recursos hídricos, especialmente na região das nascentes do Xingu e Alto Paraguai*
- *exclusão da possibilidade de criação de unidades de conservação*
- *omissão à necessidade de planejamento de áreas de promoção da agricultura familiar, e, de modo geral, os direitos de populações extrativistas, quilombolas e indígenas.*

Pelo menos 13 terras indígenas que estão em processo de regularização foram retiradas sumariamente do substitutivo avalizado pelos parlamentares de Mato Grosso no dia 1º de dezembro de 2010.

MANOKI



Foto: Arquivo OPAN.

Mulheres Manoki descascam mandioca para ritual.

Os Manoki, localmente conhecidos como Irantxe, têm uma população de cerca de 400 pessoas distribuídas em sete aldeias na margem direita do rio Cravari, no bioma Cerrado. Foram contactados em 1910 e hoje dependem de aposentadorias, programas sociais do governo, venda de artesanato, produtos do extrativismo, mel e trabalho informal em fazendas da região como fonte de renda. Coleta de frutos, sementes, caça, pesca e criação de animais incrementam a subsistência deste povo. O território Manoki, que está em processo de ampliação para 251 mil hectares, é cercado por latifúndios de soja. Os índios têm procurado alternativas a esse modelo de ocupação salvaguardando seu patrimônio cultural e, ao mesmo tempo, acessando benefícios e conhecimentos da sociedade não indígena.

As ações junto ao povo Manoki visam fortalecer os saberes tradicionais e as instituições de organização interna, construir uma rede de articulação para o aumento do protagonismo indígena no noroeste de Mato Grosso, potencializar a capacidade de gestão territorial e promover o desenvolvimento sustentável na Terra Indígena Manoki.

PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS EM 2010:

- Acompanhamento da execução do Projeto “Centros de Cultura Manoki”, junto aos gestores indígenas da Associação Watoholi.
- Articulação regional e sensibilização dos setores públicos e privados para o reconhecimento das especificidades étnicas, através da realização de eventos (Vídeo Índio Brasil); do apoio à participação indígena em celebrações regionais (Dia do Índio) e estabelecimento de diálogo com o Ministério Público, por meio da comarca do município de Brasnorte.
- Ações de apoio à estruturação da produção e comercialização de mel, através do “Projeto de Gestão Ambiental no Território Indígena Manoki”, um convênio entre a OPAN e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Essas ações incluem a estruturação de um apiário-escola, a participação no Congresso Brasileiro de Apicultura e Feira do Mel, oficina de formação de apicultores indígenas e intercâmbio para capacitação gerencial do mel.

OFICINA "ICMS ECOLÓGICO E TERRAS INDÍGENAS EM MATO GROSSO".

Foto: Alberto Cesar



Conversão da floresta em lavoura pressiona terras indígenas.

Com o objetivo de avançar na consolidação de modelos de gestão de recursos oriundos do ICMS Ecológico entre prefeituras e associações indígenas, a oficina discutiu implantação de ações sustentáveis, de fiscalização e de melhoria na qualidade de vida nas terras indígenas de Mato Grosso. O evento contou com a participação de representantes das etnias Myky, Manoki e Rikbaktsa, cujos territórios incidem sobre Brasnorte, além do prefeito e do secretário municipal de agricultura e meio ambiente.

Como resultados da oficina, a prefeitura aceitou dialogar sobre uma possível ampliação dos programas e valores que atualmente são repassados aos povos Myky, Manoki e Rikbaktsa através de recursos do ICMS Ecológico. Também considerou criar, dentro da Secretaria de Meio Ambiente municipal, um Departamento de Assuntos Indígenas a ser coordenado por uma pessoa indicada pelos três povos. Os indígenas ainda garantiram vagas para participação de representantes no Conselho Municipal de Meio Ambiente.

XAVANTE



Foto: ANSA

Terra Indígena Marãiwatsédé teve 85% de sua área devastada.

Os Xavante de Marãiwatsédé habitam áreas de floresta e de Cerrado na região entre os rios Araguaia e Xingu. Eles foram contactados no final da década de 1950, no auge das políticas de desenvolvimento da ocupação e expansão da agropecuária na Amazônia – mesma época em que foram expulsos de suas terras contra sua vontade e deportados para outras áreas de Mato Grosso. Durante esse processo, muitos morreram em poucas semanas por causa de doenças resultantes do contato.

Após anos de lutas, em 2004, os Xavante conseguiram retornar para o seu território tradicional, que àquela altura já estava totalmente ocupado por não índios, o que gera um clima permanente de tensão. Apesar de homologado desde 1998, cerca de 85% deste território estão ocupados por invasores que desenvolvem atividades altamente degradantes, como monoculturas de soja e a pecuária. Em decorrência disto, Marãiwatsédé é hoje a terra indígena mais devastada da Amazônia brasileira.

Nesse contexto, as ações da OPAN junto aos Xavante de Marãiwatsédé pretendem contribuir para a soberania alimentar do povo, a sustentabilidade dos recursos e o fortalecimento da cultura Xavante através do aumento da diversidade de espécies cultivadas nas casas e nas roças tradicionais e das sementes armazenadas pelas famílias. Também são realizadas ações pela implementação de experiências pedagógicas de gestão sustentável dos recursos naturais (recuperação do solo, uso racional do fogo, proteção dos cursos hídricos, etc.), além do fortalecimento da

identidade e reconhecimento do território.

A OPAN faz questão de estreitar laços com outras entidades que atuam na região por meio de redes. Essas organizações fazem parte da Articulação Xingu Araguaia (AXA), composta pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), além da Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora da Assunção (ANSA), Instituto Socioambiental (ISA) e Associação Terra Viva (ATV). O objetivo é fortalecer experiências de gestão sustentável dos recursos como alternativas à ocupação territorial, dada como única forma de desenvolvimento para a região, baseada no plantio extensivo de soja ou na criação de gado, mas que tem se mostrado inviável para os pequenos produtores. A cada dia, as populações indígenas ficam mais pressionadas.

PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS EM 2010:

- Aporte de mil mudas frutíferas, 40 kg de sementes florestais, 42 kg de sementes anuais, 650 mudas de cana, e 300 kg de carás para o enriquecimento dos quintais, fortalecimento das roças tradicionais e soberania alimentar;
- Intercâmbio com agricultores da região que desenvolvem projetos alternativos de geração de renda através da valorização dos produtos da floresta e do Cerrado. Eles também realizam o plantio consorciado de espécies (métodos da muvuca de sementes e sistemas agroflorestais), através da Rede de Sementes do Xingu e da venda de frutas para a fabricação de polpa;

CONVÊNIO OPAN-FUNASA



Foto: Arquivo OPAN.

Profissional de saúde atende criança Enawene Nawe.

A OPAN tem tido há 11 anos forte atuação junto aos povos indígenas do noroeste do Mato Grosso na atenção primária à saúde indígena. Nossa intenção é contribuir com a implantação de modelos de atenção à saúde que respeitem as diferenças e possam apoiar os povos com os quais historicamente a OPAN tem compromisso direto, como Enawene Nawe, Manoki, Myky e Nambikwara.

Em seu trabalho cotidiano, o convênio OPAN-FUNASA busca aliança e parceria com os povos indígenas visando o cumprimento das metas de saúde, sem deixar de manter um vínculo especial com cada um deles. Os números relativos aos últimos 10 anos de atuação da OPAN na saúde indígena estampam uma trajetória de sucesso que pode ser notada, entre outros indicadores, pelo crescimento populacional e no baixo número de óbitos.

Apesar de inúmeras dificuldades pelas quais passa a saúde indígena quanto à infraestrutura (manutenção de veículos, salários congelados, falta de passagens e outros) e

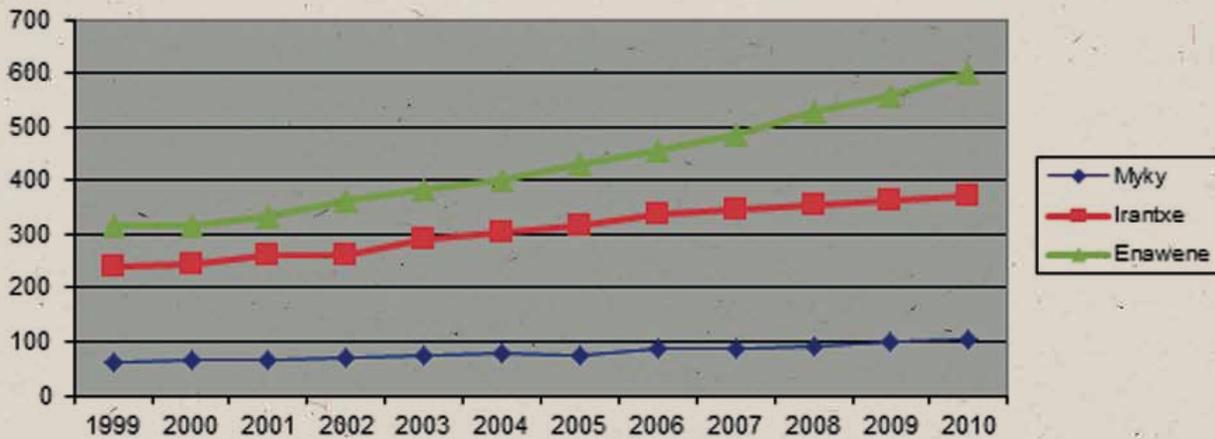
HISTÓRICO DO SISTEMA DE SAÚDE INDÍGENA NO BRASIL

A atenção à saúde indígena foi pensada para atender uma população de cerca de 500 mil indígenas pelo governo brasileiro por meio da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Desde 1999, o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena atua por meio de 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI). A I Conferência Nacional de Proteção à Saúde do Índio, ocorrida em 1986, já previa a constituição de um sistema diferenciado de atenção à saúde indígena, assim com a participação efetiva dos povos em todas as instâncias de formulação, implementação e gestão do novo sistema. A II Conferência Nacional, em 1993, definiu os princípios e diretrizes da política indígena de saúde. Outras conferências (2001/2006)

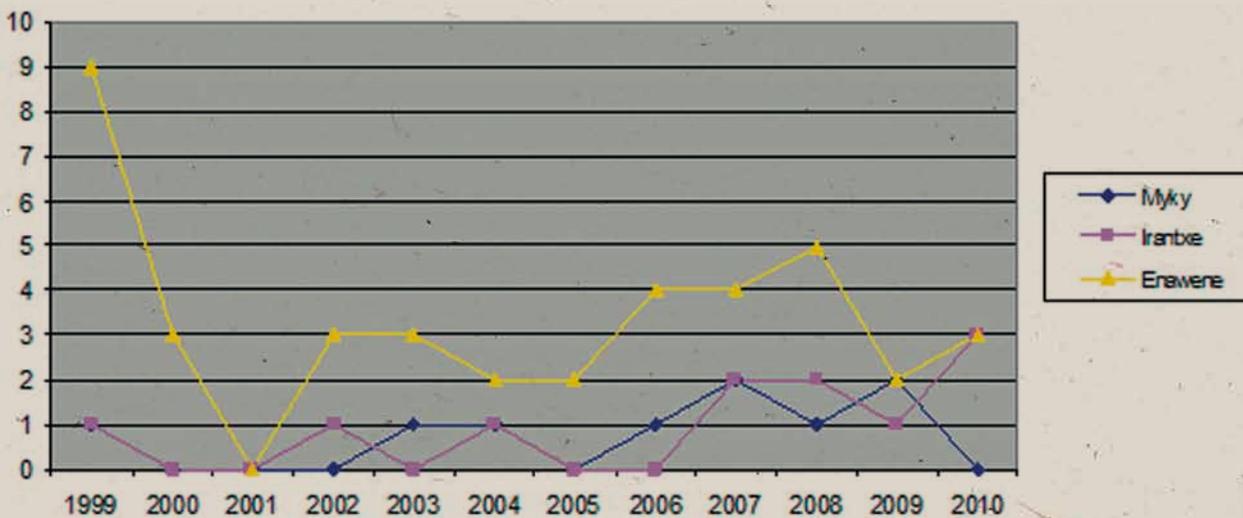
já avaliaram a implementação dos distritos em todo o Brasil com significativa participação dos conselhos indígenas e de todos os colaboradores nacionais chamados pela FUNASA para assumir atividades previstas pela Lei Arouca, de 1999.

No final de 2010, o governo assinou uma portaria criando a Secretaria de Saúde Indígena (SESAI), ligada diretamente ao Ministério da Saúde. Vive-se ainda um momento de transição entre a FUNASA e a SESAI. Atendendo a pedidos dos Enawene Nawe, Myky e Manoki, a OPAN deliberou por colaborar por mais um ao com a SESAI até que efetivamente a secretaria possa assumir as obrigações de Estado.

COMPARATIVO DO CRESCIMENTO POPULACIONAL DOS POVOS MYKY, IRANTXE E ENAWENE NAWE (FONTE: OPAN)



COMPARATIVO DE ÓBITOS DOS POVOS MYKY, IRANTXE E ENAWENE NAWE (FONTE: OPAN)



operação no país, a atuação da OPAN se diferencia pela ação comprometida dos profissionais. Eles, em especial, e os indigenistas membros da OPAN, têm sido determinantes para dar suporte às equipes que trabalham no convênio com a FUNASA.

SEMINÁRIO “SAÚDE E BEM VIVER”

Em outubro de 2010 aconteceu na aldeia Cravari, na Terra Indígena Manoki, o seminário “Saúde e Bem Viver”, organizado pela OPAN com o objetivo de discutir riscos à saúde da população indígena do noroeste de Mato Grosso. Participaram integrantes da Coordenação Regional da FUNASA, chefe do DSEI Cuiabá, profissionais de saúde, repre-

sentantes do controle social dos DSEI Cuiabá e Vilhena (RO), Ministério Público Federal, Funai, lideranças das etnias Apiaká, Myky, Munduruku, Kayabi, Rikbaktsa, Enawene Nawe, Manoki e das entidades conveniadas com a FUNASA, Halitinã e UFMT (Saúde Coletiva).

Durante o evento, foi apresentada a pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) sobre as mudanças dos hábitos alimentares que estão levando para as aldeias doenças como diabetes e hipertensão. Essa situação pode ser observada entre os povos Myky e Irantxe/Manoki, que mantêm maior contato com a sociedade envolvente e se utilizam quase que cotidianamente de alimentos industrializados como arroz e óleo de soja em substituição à alimentação tradicional.



Um agravante é também a diminuição das atividades físicas na roça tradicional, uma vez que conseguem comprar comida nos mercados das cidades mais próximas. No caso dos Enawene Nawe, cujo contato com as cidades é menos intenso e por consumirem predominantemente a alimentação tradicional, não há casos registrados de diabetes, hipertensão e comprometimentos cardiopulmonares.

Ainda no seminário, o professor Wanderley Pignati, da área de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), mostrou quais são os impactos da agricultura mecanizada, ancorada no uso intenso de agrotóxicos, gerando consequências diretas à saúde das populações. Nelson Rikbaktsa, um abnegado profissional indígena desde os anos 90, resumiu as considerações dos representantes indígenas presentes no seminário lembrando de histórias antigas. "Saúde não é o que vem de fora, mas o que brota da terra". E reiterou ainda que "saúde é roça, amorosidade, união, boa alimentação e a cultura de cada povo vivida no dia a dia e através dos rituais".

No final do evento, um documento foi encaminhado para as autoridades de saúde e Ministério Público Federal, explicitando as reivindicações dos indígenas:

- Participação do órgão gestor da saúde indígena nos processos de licenciamento de empreendimentos, com atenção especial

para os impactos das obras na saúde dos povos atingidos;

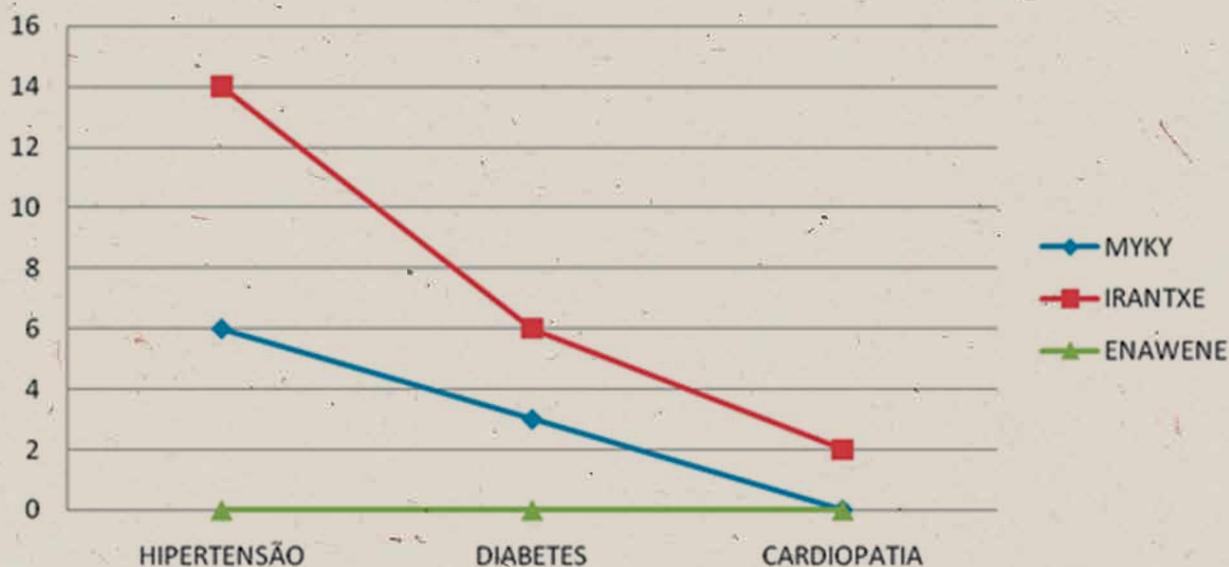
- Integração da política de saúde a outras políticas desenvolvidas com cada povo;
- Estabelecimento de sistema permanente de vigilância em saúde (sanitária, ambiental e epidemiológica) dos territórios indígenas por parte da SESAI;

A OPAN mantém um banco de dados com registro de atendimentos a todos os indígenas, desde o nascimento. Esse acompanhamento gera relatórios específicos que devem sempre orientar as políticas de saúde.

ENTRE AS ATIVIDADES ROTINEIRAS QUE A OPAN DESENVOLVEU EM 2010, DESTACAMOS:

- vacinação nas populações indígenas, além das campanhas contra a poliomielite e gripe para idosos;
- consultas mensais de pré-natal em todas as gestantes nas aldeias e pelo menos quatro exames médico-laboratoriais em mulheres grávidas das etnias Myky e Manoki. As Enawene Nawe normalmente não saem da aldeia e o acompanhamento é feito em área. Todos os partos realizados são tradicionais;

DOENÇAS CRÔNICAS - COMPARATIVOS ENTRE OS POVOS (FONTE: OPAN)



- coleta anual do exame preventivo ginecológico Papanicolau (PCCU) em todas as mulheres em idade fértil, exceto nas Enawene Nawe, que não aceitam o procedimento por questões culturais.
- identificação e tratamento em casos de DST/AIDS, leishmaniose, malária, pacientes com transtornos mentais, hipertensos, diabéticos, tuberculosos;
- identificação de uso abusivo do álcool, oferecendo tratamento aos que aceitam;
- tratamentos odontológicos;
- escovação supervisionada semanal nas aldeias;
- aplicação de flúor em maiores de 4 anos;
- acompanhamento mensal do estado nutricional das gestantes e de crianças menores de 5 anos;
- monitoramento bimestral do estado nutricional dos idosos.

Foto: Arquivo OPAN.



Auxiliar de enfermagem indígena conferindo temperatura das doses de vacina.

ATUAÇÃO DA OPAN NO FORMAD

A OPAN faz parte da coordenação executiva do Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD), entidade que reúne cerca de 30 organizações sociais e ambientais do estado. Em 2010, a maioria das ações do fórum foi centrada no fortalecimento da sua gestão interna. Ocorreram, por exemplo, oficinas voltadas à construção de planos estratégicos, a fim de potencializar seu papel no monitoramento e intervenção nas políticas públicas socioambientais em Mato Grosso. Uma delas resultou na elaboração de um projeto para a Oxfam/Novib relacionado ao acompanhamento dos impactos da produção de agrocombustíveis a partir de soja e cana no estado. Outra conquista foi a aprovação do Projeto Novo Triênio 2010-2012 pela Misereor.

Tudo isso favorece inserção do FORMAD no cenário político de modo mais orgânico, planejado, orientado e fortalecido.

Entre outros compromissos, o FORMAD firmou parceria com a Associação dos Docentes da Universidade do Estado de Mato Grosso (ADUNEMAT) para a realização do Seminário Sinop "Amazônia em Debate: compromissos das universidades públicas e movimentos sociais", com a participação de 300 pessoas. A partir deste evento foi criado o Fórum Teles Pires Vivo, interessado em problematizar o complexo hidrelétrico na Amazônia. No ZSEE-MT, houve uma fusão com o Grupo de Trabalho de Mobilização Social (GTMS), descentralizando as iniciativas de mobilização e monitoramento deste tema em questão.

ENGAJAMENTO NAS DISCUSSÕES SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS



Foto: Arquivo OPAN.

OPAN se envolveu mais ativamente em 2010 com as discussões sobre mudanças climáticas.

O ano de 2010 foi decisivo para uma guinada da OPAN em direção ao seu engajamento institucional na temática de mudanças climáticas. A instituição teve oportunidade de participar ativamente em vários cursos e fóruns de discussão e ainda apoiamos a realização de oficinas com o povo Rikbaktsa para consulta sobre mecanismos de projetos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação com salvaguardas socioambientais (REDD+).

Em 2009, a Lei nº 9.111 criou o Fórum de Mudanças Climáticas (FMC) em Mato Grosso, tendo entre seus objetivos mobilizar e conscientizar a sociedade. Como membro deste fórum, a OPAN passou a participar ativamente do grupo de trabalho (GT) REDD+, que conduziu uma programação sobre o tema, como o seminário técnico em maio em Cuiabá, para colher subsídios para a construção do marco legal no estado.

Em junho de 2010, a OPAN participou de um curso introdutório sobre REDD+, organizado pela The Nature Conservancy (TNC); e em setembro do encontro sobre mudanças climá-

ticas e REDD+, promovido pela TNC, Cooperação Alemã (GTZ) e Conservação Internacional (CI) e que contou com quatro participantes Rikbaktsa. O GT REDD+ dedicou-se à discussão e formatação da Minuta de Lei Estadual que regulamentará a futura aplicação dos mecanismos de REDD em Mato Grosso. Este GT ainda dialogou com o Projeto de Lei No. 5.589 de 2009, que tramitava no Congresso Nacional, para a criação de um marco legal federal.

A convite do Instituto Centro de Vida (ICV), desde 2009, a OPAN se integrou ao Consórcio Noroeste de REDD no município de Cotriguaçu, organizando oficinas de mudanças climáticas e REDD+ com o povo Rikbaktsa. A demora na definição de um marco legal e as incertezas sobre sua implementação criaram um clima adverso à continuidade destas oficinas. A expectativa por parte dos Rikbaktsa de que já havia recursos de carbono colocou em questão o papel da OPAN no consórcio. As oficinas foram então suspensas, atendendo a uma decisão dos caciques e da Associação Indígena Rikbaktsa (ASIRIK).

De forma concomitante, em nível nacional, constituiu-se um GT de REDD+ com o protagonismo da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e da FUNAI, além de um conjunto de entidades (TNC, CI, GTZ, OPAN, Instituto Socioambiental - ISA, WWF). Este GT se dedicou a estabelecer metodologias para os cursos de mudanças climáticas para lideranças indígenas. Diante de muitos contratos para negociação de créditos de carbono lesivos às comunidades, a FUNAI propôs medidas de cautela e recentemente editou diretrizes para a abordagem dos mecanismos de REDD na publicação “Diálogos interculturais: povos indígenas, mudanças climáticas e REDD”.

Além disso, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) montou GTs para tratar da Estratégia Nacional de REDD+. O grupo multisetorial foi formado para dar suporte ao Executivo no diálogo com a Câmara Federal, onde estava em fase final de tramitação o Projeto de Lei No. 5.589 de 2009. Este processo contou com a participação de cerca de 200 pessoas de diferentes instituições dos setores público, privado, organizações ambientalistas, representantes de povos indígenas e comunidades tradicionais, divididos em sub-grupos. Esses passaram a lidar com arranjos institucionais, princípios e critérios para geração e repartição de benefícios, além de dominialidade, fontes de recursos e mecanismos financeiros.

Este processo contou com a participação de cerca de 200 pessoas de diferentes instituições dos setores público, privado, organizações ambientalistas, representantes de povos indígenas e comunidades tradicionais, divididos em sub-grupos.

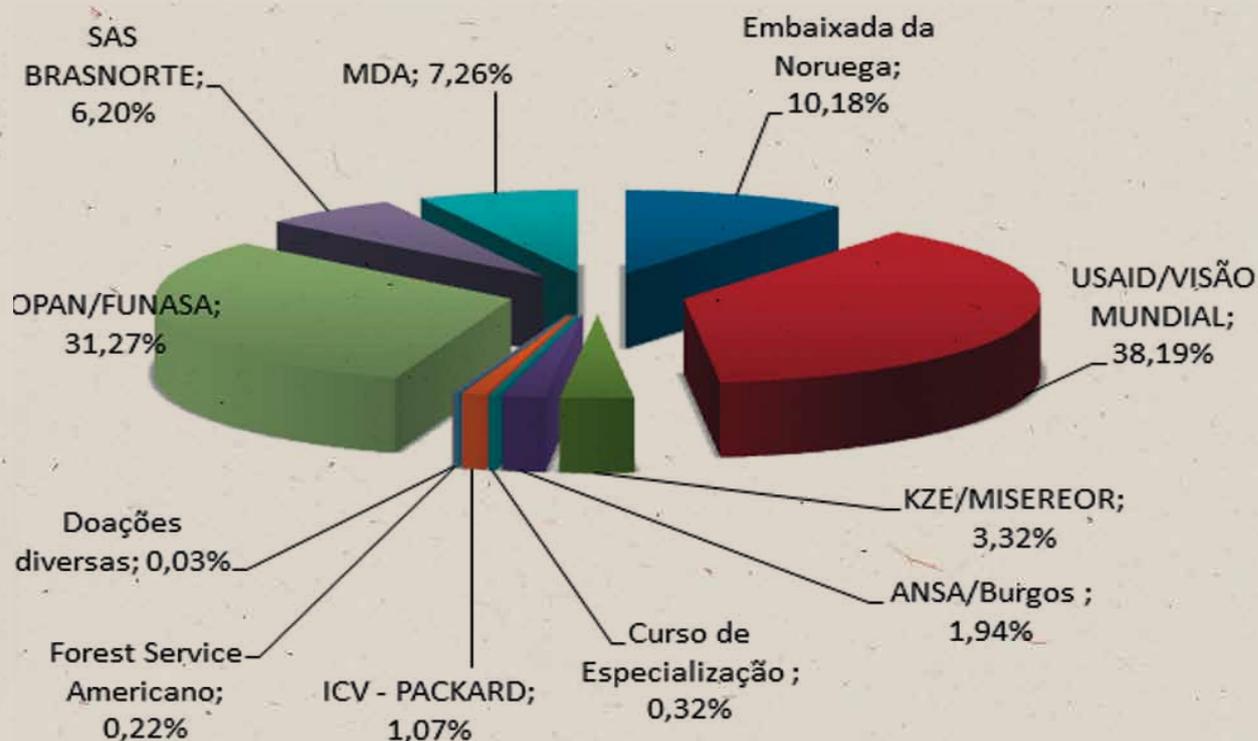
Foto: Flavio André Souza



GESTÃO FINANCEIRA

FINANCIADORES DAS ATIVIDADES DA OPAN EM 2010

No quadro a seguir, apresentamos a relação das fontes de recursos de 2010, com as respectivas percentagens, perfazendo um total de **R\$ 4.129.087,45**.





A Embaixada Real da Noruega disponibilizou recursos para o Programa Mato Grosso, para as atividades da Coordenação Executiva e a manutenção da sede em Cuiabá.



A Agência de Desenvolvimento da Igreja Católica Alemã (Misereor) apoiou um programa com o povo Manoki e atividades de secretaria e monitoramento de políticas socioambientais do FORMAD.



A USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional) apoia o Projeto Aldeias – Conservação na Amazônia Indígena, iniciativa de conservação da biodiversidade integrada na rede de parceiros do Programa Meio Ambiente USAID Brasil.



O Convênio OPAN/FUNASA e SAS-Brasnorte sustentaram o atendimento à saúde dos povos Myky, Manoki e Enawene Nawe no Polo Brasnorte.



O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) apoiou os Manoki em atividades de apicultura.



Visão Mundial é parceira da OPAN no Consórcio Aldeias, e nele desenvolve ações de promoção de direitos e de fortalecimento das organizações indígenas nas regiões dos rios Purus, Juruá e Jutai.



A ANSA/Burgos proporcionou recursos para o Fortalecimento da segurança alimentar e apoio ao banco genético da agricultura A'Uwe – Maraiwatsede.



ICV/Packard Foundation disponibilizaram recursos para a componente indígena do Piloto REDD Noroeste.

EQUIPE 2010

DIRETORIA

Presidente
Rinaldo Arruda

Secretário
Pedro Henrique Passos

Tesoureira
Andrea Jakubaszko

COORDENAÇÃO

Coordenador geral
Ivar Luiz Vendruscolo Busatto

Coordenador financeiro
Marcelo Moreira

Coordenadora técnica
Lola Campos

PROGRAMA MATO GROSSO

Equipe indigenista Xavante
Carolina Delgado de Carvalho
Marcos de Miranda Ramires

Equipe indigenista Manoki
André Lopes
Debora Duran

Equipe indigenista
Enawene Nawe
Fausto Campoli
Juliana Almeida

Responsável pelo
Programa de REDD+
Ivo Schroeder

Secretária-executiva do
FORMAD
Adriana Werneck Regina

PROJETO ALDEIAS

Gestor
Miguel Aparicio Suárez

Coordenação de Campo
Fernando Penna

Administração
Rochele Fiorini
Fernanda Oliveira

Equipe na TI Katukina
Myrian Barboza

Diogo Carneiro

Equipe na TI Deni
Edemar Treuherz
Ricardo Carvalho

Equipe nas TIs Paumari
Gustavo Silveira
Renata Apoloni
Priscila Miorando

Equipe Frente
Purus de Isolados
Marcelino Soyinka
Danilo Clemente Pintos
Antônio Moisés
José Faustino Maia
Rogélio Alves
Francisco Marques
Raimundo Macário

Técnico em Manejo pesqueiro
Saíde Barbosa

Comunicação Audiovisual
Sérgio Lobato

Logística
Carlos Araújo
Antônio das Chagas de Paula
Leopoldo Barbosa Neto

CONVÊNIO OPAN-FUNASA

EQUIPE DE ÁREA

Adriana da Silva Barbosa; Aldenisa Carneiro da Silva; Ameiro Yokwariene Kaholase Enawene; Catarina Lourdes; Claudinei Santana; Cleonice Nasi Irantxe; Daliyamase Enawene; Dalokwalise Enawene; Denise Cristina Stocker; Elizete Jemusi; Fernanda Delfino Miranda; Gerson Garcia Quenzo; Gonçalo Agostinho dos Santos; José Gabriel Warakuxi Awrakira; Kamunu Myky; Kamuu Myky; Kiwuxi Myky; Lucimar Kamusi Wazeragyra; Luiz Antonio de Almeida; Marco Tetsuo Fumoto; Marcos Messias da Silva; Maria Angelina Kamunstsi; Maria de Fatima Naasi; Maria Izabel Naasi; Romildo Orenaezokae; Rosa Marlene Correia; Sandrelina de Oliveira Silva; Solano da Silva Angelo; Warakuxi Myky; Wemerson Rezende da Silva; Zilmar Candido da Silva; Kanwarikwa Marikerosene Kayroli; Soeli Weiss; Tania Lima Alvarenga; Timiá Towairioene Enawene; Wilma Pereira do Prado;

EQUIPE ADMINISTRATIVA (CUIABÁ E POLO BRASNORTE)

Alerson Luiz Wagner; Ana Carla; Angelita Deraldina Mozer; Cleacir Alencar Sá; Deonízia Rosa da Silva Jesus; Fernanda Dias Pessoa; Ivar Luiz Vendruscolo Busatto; Lurdite Rodrigues de Freitas; Maria Aparecida de Freitas; Simone Silva e Silva;

TERCERIZADOS/APOIO À EQUIPE DE ÁREA

Ivar Tapurá; Lourenço Inacio Janaxi.

FINANCIADORES



LISTA DOS PARCEIROS INSTITUCIONAIS DA OPAN EM 2010

- Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora da Assunção (ANSA)
- Conselho dos Povos Indígenas de Jutai (COPIJU)
- Coordenação de Índios Isolados FUNAI-CGIIRC
- Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus (FOCIMP)
- Instituto Centro de Vida (ICV)
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)
- Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)
- Instituto Maiwu
- NEAI- UFAM
- Rede de Sementes do Xingu
- Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC-MT)
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).
- Superintendência de Assuntos Indígenas de Mato Grosso
- Survival International
- Takiná



APOIO



OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA
AV. IPIRANGA, 97, BAIRRO GOIÁBEIRAS, CUIABÁ - MT - CEP 78032-035
TELEFONE: 55 (65) 3322-2980 | FAX: 55 (65) 3322-4161
WWW.AMAZONIANATIVA.ORG.BR